

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL – UFFS**  
**CAMPUS - CHAPECÓ**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA - LICENCIATURA**

**ALINE SILVEIRA DREGER**  
**VIVIAN SCHLOSSER**

**ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS: UMA REVISÃO DE LITERATURA**

**CHAPECÓ**  
**2023**

**ALINE SILVEIRA DREGER**

**VIVIAN SCHLOSSER**

**ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS: UMA REVISÃO DE LITERATURA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

**Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Patrícia Graff**

**CHAPECÓ**

**2023**

**Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS**

Dreger, Aline Silveira

ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS: UMA REVISÃO DE LITERATURA / Aline Silveira Dreger, Vivian Schlosser. -- 2023.

32 f.

Orientadora: Doutora Patrícia Graff

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Licenciatura em Pedagogia, Chapecó, SC, 2023.

1. Este estudo de revisão qualitativa de literatura investiga as estratégias de alfabetização com crianças autistas através da análise de materiais bibliográficos.. I. Schlosser, Vivian II. Graff, Patrícia, orient. III. Universidade Federal da Fronteira Sul. IV. Título.

**ALINE SILVEIRA DREGER**

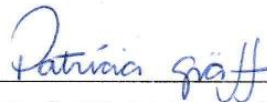
**VIVIAN SCHLOSSER**

**ALFABETIZAÇÃO E AUTISMO: UMA REVISÃO DE LITERATURA DAS  
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS AUTISTAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

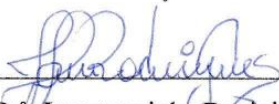
Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 13/07/2023.

**BANCA EXAMINADORA**



Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Patricia Graff – UFFS

Orientadora



Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Jane teresinha Donini Rodrigues – UFFS

Avaliadora



Prof<sup>a</sup>. Me. Cláudia Felisbino Souza – UFFS

Avaliadora

## **RESUMO**

A alfabetização de crianças autistas é um tema complexo, que exige uma abordagem cuidadosa e reflexiva por parte dos profissionais da educação e da sociedade como um todo. Este trabalho, na forma de uma revisão de literatura de abordagem qualitativa, tem como objetivo pesquisar as práticas de alfabetização de crianças autistas por meio da análise de materiais bibliográficos. A pesquisa analisou um total de 11 artigos, os quais foram divididos em dois temas principais: alfabetização e processos de intervenção para crianças com Transtorno do Espectro Autista. Buscou-se responder à pergunta: quais são as práticas pedagógicas descritas pela literatura para a alfabetização de crianças com Transtorno do Espectro Autista? Com isso, esta pesquisa destaca a importância de abordagens inclusivas e adaptadas às particularidades das crianças autistas na alfabetização. Pois promover a aquisição da linguagem escrita não apenas potencializa suas habilidades, mas também promove sua inclusão social e participação ativa na sociedade.

Palavras-chave: Autismo; alfabetização; políticas educacionais.

## 1 INTRODUÇÃO

As crianças com TEA (Transtorno do Espectro Autista) são alvo de concepções equivocadas acerca da impossibilidade de aprendizagem, no que se refere às especificidades na interação social, comunicação verbal e sensorialidade. No entanto, o desafio não é garantir o acesso à sala de aula, mas planejar estratégias de permanência, participação e aprendizagem e isso envolve a organização de um planejamento dinâmico, atrativo e inclusivo. Faz-se necessário considerar o aluno com TEA participante do processo de ensino e aprendizagem e não apenas um mero integrante da turma, que permanece na sala fazendo uma outra atividade que o controle, mas que não lhe possibilita o acesso aos conhecimentos escolares. (SILVA; FONSECA; BRITO, 2018, p.15).

Muito se tem estudado em outras áreas, como a Psicologia, a fim de encontrar maneiras de trabalhar com as crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e estimulando-as através de terapias e outras intervenções que possam ser favoráveis ao seu desenvolvimento. Essas práticas, além de estarem um pouco distantes da realidade da sala de aula, visam auxiliar professores durante o processo de alfabetização de crianças atípicas. Já na área da Educação não é possível encontrar uma grande quantidade de materiais que contribuam para esse processo, com isso surgiu a intenção de investigar e discutir sobre práticas empregadas na alfabetização de crianças com autismo.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) passou a ser descrito, pela primeira vez, a partir do pesquisador e psiquiatra Leo Kanner, em 1943. Ao longo dos anos, tanto as formas de nomear, quanto a caracterização dos sintomas sofreram alterações, que hoje permitem um diagnóstico mais preciso e próximo da realidade. Antoniuk e Keinert (2012, p. 42) definem o autismo a partir das características de “um desenvolvimento acentuadamente anormal ou prejudicado na interação social e comunicação e um repertório marcante restrito de atividades e interesses”. O TEA apresenta manifestações que variam a partir do nível de desenvolvimento e da idade cronológica do indivíduo.

A escolarização de crianças autistas com uma abordagem inclusiva é um processo que visa proporcionar a oportunidade de participar plenamente em um ambiente educacional regular. A abordagem inclusiva reconhece a diversidade e valoriza as habilidades individuais de cada criança, buscando adaptar o currículo e o ambiente escolar para atender às suas particularidades.

No entanto, nos baseamos na concepção de in/exclusão<sup>1</sup>, que por sua vez, é uma proposta teórica que mostra a existência concomitante da inclusão e da exclusão na sociedade Contemporânea. Essa ideia reconhece a complexidade dos processos sociais que envolvem a inclusão e a exclusão e os considera interligados. A exclusão não é vista apenas como um

---

<sup>1</sup> A expressão "in/exclusão" foi criada pelo Grupo de Estudo e Pesquisa em Inclusão (GEPI), vinculado à Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

processo de segregação, mas como uma inclusão subordinada em sistemas sociais que limitam os indivíduos em suas ações. Por outro lado, a inclusão não se trata apenas de acesso a recursos ou serviços, mas de igualdade de oportunidades e respeito à diversidade. A noção de in/exclusão busca compreender os processos sociais que promovem ou impedem a inclusão e reconhece que a inclusão plena requer a superação das relações de subordinação e dominação presentes nesses sistemas.

Nesse contexto, o estudo em questão aborda a alfabetização de crianças autistas como objeto de pesquisa. Ao analisar o contexto escolar, torna-se evidente a pertinência do conceito de in/exclusão. Ao considerar as individualidades das crianças autistas, é necessário compreender como os sistemas educacionais podem promover a inclusão, sem restringir suas potencialidades e limitá-las em suas ações.

Dessa forma, a in/exclusão representa uma abordagem crítica e ampliada sobre a inclusão social, que considera os diversos fatores sociais, políticos, econômicos e culturais envolvidos no processo. Essa concepção reconhece que a exclusão não é apenas um fenômeno de caráter individual, mas é influenciada por fatores estruturais e históricos presentes na sociedade. Além disso, a noção de in/exclusão permite uma compreensão mais abrangente dos desafios enfrentados pela inclusão social, contribuindo para o desenvolvimento de políticas públicas e estratégias de intervenção mais efetivas. Portanto, a noção de in/exclusão busca compreender os processos sociais que promovem ou impedem a inclusão.

Tendo em vista a ênfase inclusiva que orienta as políticas educacionais e as dificuldades que alguns espaços escolares têm encontrado para a promoção das condições adequadas no atendimento às demandas produzidas nesse contexto, as crianças neuroatípicas podem se deparar com a fragilidade das estruturas pedagógicas diante das suas particularidades, dificultando os seus processos de aprendizagem, bem como a sua socialização - aqui entendida a partir das relações entre os pares no ambiente escolar. Para trabalhar com os processos de ensino e de aprendizagem de crianças com TEA é necessário que o educador tenha conhecimento na área, a fim de que possa elaborar práticas pedagógicas que respeitem as particularidades de cada criança e que auxiliem na evolução de sua aprendizagem.

Segundo o Censo da Educação Básica de 2022, constatou-se que o número de alunos com deficiência matriculados em classes comuns no Brasil totalizou 1.372.985. Dentro desse contingente, 458.150 alunos estão nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Entre todos os estudantes que são público da Educação Especial matriculados, 405.056 são autistas. Esses números evidenciam o aumento da inclusão de crianças com TEA no sistema educacional e reforçam a importância de investigar e desenvolver estratégias adequadas para a alfabetização

desses alunos. Esse número de matrículas mostra a importância de um estudo bibliográfico sobre os processos de alfabetização de crianças com Transtorno do Espectro Autista, tendo em vista que a inclusão escolar é garantida na legislação brasileira, contudo é possível encontrar dificuldades para se materializar. As instituições escolares demandam cada vez mais ações pedagógicas colaborativas que reconheçam e possibilitem o desenvolvimento de todos os educandos indistintamente e que promovam a aprendizagem.

A pesquisa baseia-se em materiais bibliográficos, buscando analisar a literatura atual sobre as práticas de alfabetização de crianças com Transtorno do Espectro Autista, a partir dos artigos apresentados na tabela 1. Importa considerar que não existe um manual ou uma receita de como realizar práticas que auxiliem os processos de ensino e de aprendizagem de crianças neuroatípicas, pois cada criança apresenta suas individualidades. Para fins mais objetivos e específicos, esta revisão bibliográfica visa: 1) estudar a respeito das políticas públicas de inclusão, em especial a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), de 2008; 2) mapear os principais estudos teóricos orientados para a alfabetização de crianças autistas, e; 3) compreender quais são as principais práticas pedagógicas utilizadas para alfabetizar crianças com TEA, descritas pela literatura.

Analisamos as diferentes práticas docentes utilizadas pelos professores para a alfabetização de crianças com TEA. Investigando os métodos de ensino, as adaptações curriculares, a utilização de recursos visuais e tecnológicos, bem como a importância da formação dos professores nesse contexto específico. Do mesmo modo, os processos de intervenção passaram pelo mesmo procedimento de análise, estudando suas abordagens e estratégias de intervenção utilizadas para promover a alfabetização de crianças com TEA. Também discutimos os aspectos colaborativos e multidisciplinares envolvidos nos processos de intervenção, buscando desenvolver as habilidades de leitura, escrita e compreensão textual nesse grupo de crianças. Ainda no item formação docente, analisamos a importância da formação docente de qualidade e a formação continuada dos professores, baseando-se em uma educação inclusiva.

Este artigo é estruturado em uma revisão de literatura que aborda o autismo e a inclusão escolar, seguida de uma análise dos artigos estudados, que investigam os modelos de alfabetização, os processos de intervenção e as práticas utilizadas para promover a alfabetização de crianças autistas. Ao longo do artigo, serão exploradas as características do autismo, sua relação com a inclusão escolar e a importância da alfabetização nesse contexto. Serão apresentados os modelos de alfabetização descritos pela literatura, juntamente com os processos de intervenção e



práticas educacionais adaptadas para atender às particularidades das crianças autistas durante o processo de alfabetização.

O presente trabalho de pesquisa analisou os artigos relacionados à alfabetização de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), categorizando-os em: introdução, metodologia, Transtorno do Espectro Autista, Inclusão no ambiente escolar, e a análise das referências bibliográfica que se dividem em três temas principais: alfabetização, processos de intervenção e formação docente. No tema da alfabetização, foi investigado como esse processo é realizado para crianças com TEA, levando em consideração as abordagens, estratégias e recursos utilizados. Além disso, foram exploradas as leis e diretrizes educacionais que garantem o acesso dessas crianças à alfabetização de forma inclusiva, garantindo equidade aos sujeitos.

## **2. METODOLOGIA**

Iniciar uma pesquisa de TCC gera muita insegurança e dúvidas. Decidir sobre um determinado tema é difícil, pois os problemas vão surgindo e com eles indignações, visto que não estamos preparadas para responder nossos próprios questionamentos, pois o curso de Pedagogia aborda a educação inclusiva de maneira geral, visto que o currículo não prevê um maior aprofundamento durante o processo formativo. A definição de uma temática é um processo demorado, discutido por várias semanas, pois à medida que avançamos nas leituras foi aparecendo algo que mais nos inquietava e precisava ser pesquisado. Durante este processo, a pergunta de pesquisa foi sendo delimitada e o objeto de pesquisa sendo definido.

A pesquisa bibliográfica utilizou, como critérios de inclusão, artigos publicados, principalmente, entre os anos de 2016 a 2022, por se tratar de um tema que vem apresentando uma visibilidade maior dentro deste período, tomando esse conjunto de artigos científicos como superfície analítica. Tais artigos foram selecionados a partir de busca eletrônica no acervo de periódicos, disponibilizado pelo portal da CAPES (Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e pelo Google Acadêmico, mediante as palavras-chave: inclusão escolar, Alfabetização, Autismo e Práticas pedagógicas.

Para a realização deste estudo foi possível encontrar 8.440 artigos referentes a temática, que foram previamente lidos e selecionados, a partir de uma triagem, utilizando como critério a apresentação de uma experiência, vivenciada exercendo uma prática pedagógica junto a crianças com TEA, sendo possível selecionar 12 artigos, que compuseram a materialidade da pesquisa e seguem apresentados, em ordem decrescente de publicação, no quadro abaixo.

<b>TÍTULO</b>	<b>AUTORES</b>	<b>ANO</b>	<b>FONTE</b>
Educação inclusiva e autismo: teoria e prática para o processo de alfabetização.	Solange Aparecida Pacheco Cruz	2022	UNINTER
Alfabetização da criança autista e seus reflexos na relação com o ensino regular.	Fidelina Maria Candido Pinto Rosemar Rosa	2021	Revista INOVA
Desafios na alfabetização de crianças com TEA.	Deborah Christina Pereira Montalvão Maria Cecília Martínez Amaro Freitas	2021	UniEVANGÉLICA
Transtorno do espectro autista: O lúdico como ferramenta na alfabetização.	Ana Paula da S. Martins Ferreira	2021	UNINTER
Tecnologia assistiva em dispositivos móveis: aplicativos baseados no TEACCH como auxílio no processo de alfabetização com crianças autistas.	Marlene Barbosa de Freitas Reis Carla Salomé Margarida de Souza Lilian Cristina dos Santos	2020	UNINOVE
Alfabetização científica do estudante autista: desafios e possibilidades.	Janayna Souza	2019	BJD
Alfabetização de alunos com transtorno do espectro autista (TEA) : concepções e práticas dos professores.	Izabel Cristina Araujo Almeida	2019	UEFS
Reflexões e práticas acerca da alfabetização de um aluno com Transtorno do Espectro Autista: a colaboração como mediatizadora do processo de ensino.	Stérfane Araújo Ferreira	2019	UFRPE
Crianças autistas no processo de alfabetização: práticas pedagógicas inclusivas.	Jaqueline Renata da Silva; Nathalia de Oliveira	2018	Revista Unitoledo

O transtorno do espectro autista na escola: um labirinto de práticas interligadas na alfabetização.	Ivane Laurete Perotti	2017	Revista Interdisciplinar da PUC Minas no Barreiro
Práticas pedagógicas colaborativas na alfabetização do aluno com transtorno do espectro autista.	Vera Lucia Messias Fialho Capellini; Priscila Hikaru Shibukawa; Simone Catarina de Oliveira Rinaldo	2016	Unoeste

Fonte: organizado pelas autoras

A análise de artigos é de grande importância em diversas áreas, tais como a pesquisa acadêmica em educação. Segundo Libâneo: “A pesquisa é uma ferramenta imprescindível para o avanço do conhecimento e o aprimoramento da prática educativa. Através dela, é possível investigar, refletir e buscar soluções inovadoras para os desafios da educação” (2007, p. 42). Através da pesquisa, podemos investigar e compreender melhor as realidades educacionais, buscar soluções inovadoras e embasar nossas práticas pedagógicas em evidências sólidas. Essa prática permite identificar temas relevantes e comuns à área em questão.

Por meio dessa análise, buscamos identificar e descrever as práticas pedagógicas descritas na literatura, que visam promover a alfabetização para esse grupo específico de crianças. O presente trabalho refere-se a uma revisão de literatura partindo de abordagem qualitativa. Esta é composta por uma investigação de leituras relacionadas à temática da pesquisa, buscando responder a pergunta:

*Quais são as práticas pedagógicas descritas pela literatura, para a alfabetização de crianças com Transtorno do Espectro Autista?*

A análise dos artigos conduziu à compreensão de um conjunto de conhecimentos que abrange o tema de pesquisa apresentado. Inicialmente, procedeu-se à leitura de todos os artigos e à sua categorização, de acordo com os assuntos abordados em cada um. Como resultado, identificamos sete categorias preliminares: Educação Inclusiva, Importância da Alfabetização, Relação Aluno-Professor, Práticas Docentes, Processo de Intervenção e Resultados dos Estudos. Posteriormente, foi realizada uma análise minuciosa de todos os artigos a fim de identificar quais categorias se repetiam, culminando na definição de duas categorias de análise: Alfabetização e Processos de Intervenção na Alfabetização.

### 3 TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Em 1943, os pesquisadores Eugene Bleuler e Leo Kanner descrevem uma das primeiras características do autismo isolada da esquizofrenia. A doença, como era classificada na época, apresentava perda de contato com a realidade, dificuldade na comunicação, isolamento extremo, estereotípias e ecolalias, considerando estes sinais, como um quadro de esquizofrenia ou uma doença mental (ASSUMPÇÃO; KUCZYNSRI, 2018).

No final dos anos sessenta, início dos anos setenta do século vinte, a partir da nona edição da Classificação Internacional de Doenças (CID-9, OMS, 1975), o autismo foi categorizado como uma psicose da infância. Neste período, o documento de avaliação que mais se aproximava do conceito de autismo era o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-III-R, 1987), abrangendo em seus critérios, a incapacidade qualitativa na integração social recíproca, a incapacidade qualitativa na comunicação verbal e não verbal, a atividade imaginativa e o repertório de atividades e interesses acentuadamente restritos (ASSUMPÇÃO; KUCZYNSRI, 2018).

Em meados do ano de 1976, pela visão de Edward Ross Ritvo e Ornitz, as primeiras alterações desse conceito começaram a surgir relacionando o autismo a um déficit cognitivo, um distúrbio do desenvolvimento. As ferramentas de avaliação e definição CID-9 e o DSM-III voltaram a ser discutidas pelas suas características insuficientes, que não permitiam um diagnóstico que considerasse as diferentes patologias do autismo (ASSUMPÇÃO; PIMENTEL, 2000).

Os trabalhos, estudos e as críticas de insatisfação feitas neste período provocaram uma verdadeira revolução paradigmática refletida na CID-10 e no DSM-III, conceituando o Transtornos Globais do Desenvolvimento como um “grupo de transtornos caracterizados por alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e modalidades de comunicação e por um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo” (ASSUMPÇÃO; KUCZYNSRI, 2018, p. 21).

Em seguida, com a publicação do DSM-IV, que trazia o autismo sob três domínios característicos, sendo eles o déficit na interação social, déficit na comunicação e os padrões restritos, repetitivos e estereotipados de comportamento, interesses e atividades (FACION, 2013), houve uma maior compreensão e reconhecimento do transtorno. Isso levou a um aumento na conscientização pública sobre o autismo e à implementação de diretrizes diagnósticas mais claras.

Assumpção e Kuczynsri (2018) descrevem que o manual passa a estabelecer:

Subgrupos específicos, caracterizando diferentes quadros clínicos, evoluções e prognósticos e o diagnóstico diferencial dos quadros intragrupo: os Transtornos Globais do Desenvolvimento incluem (DSM-IV-TR, 2002) quadros como Síndrome de Asperger, Síndrome de Rett, Transtornos Desintegrativos e quadros não especificados. (ASSUMPÇÃO; KUCZYNSRI, 2018, p. 21).

Facion (2013) apresenta a atualização do Manual Diagnóstico Estatístico de Saúde Mental, passando a ter uma nova nomeação: Transtorno do Espectro do Autismo (TEA). Essa categoria busca incluir o Transtorno Autístico, Transtorno de Asperger, Transtorno Desintegrativo da Infância e Transtorno Global ou Invasivo do Desenvolvimento sem outra especificação, retirando desse grupo a Síndrome de Rett.

Os autores Assumpção e Kuczynski (2018, p. 22) afirmam que:

A diferenciação entre TEA, desenvolvimento típico/normal e outros transtornos “fora do espectro”, parece passar a ser feito com maior segurança e validade. As distinções entre os transtornos intragrupos mostraram-se inconsistentes com o passar do tempo e por isso foram abolidas, ao passo que variáveis dependentes do ambiente, e frequentemente associadas a gravidade, nível de linguagem ou inteligência, parecem contribuir mais do que as características do transtorno.

Conforme Silva, Gaiato e Reveles (2012), o Transtorno do Espectro do Autismo é considerado um transtorno de neurodesenvolvimento caracterizado por um conjunto de sintomas, apresentando alterações em três áreas específicas: a comunicação, o comportamento e a socialização. Significa que ocorreu uma modificação dentro do cérebro, na qual as conexões entre os neurônios acontecem de maneira desigual, causando prejuízos nas habilidades sociais, da mesma forma, dificultando a interação com outras pessoas de maneira adequada.

O espectro autista possui várias camadas, uma camada mais fina explicada pelo nível um, a segunda camada definida pelo nível dois e a última camada a mais densa, determinada pelo nível três. (SILVA; GAIATO; REVELES, 2012) Quanto mais intensos os comportamentos, maior deverá ser a intervenção, quanto menor for a intensidade do comportamento menor será a intervenção. (ASSUMPÇÃO; KUCZYNSRI, 2018).

Alves, Monteiro e Souza (2020) relatam sobre uma nova atualização ocorrida no ano de 2022, a CID-11. O documento tem como objetivo reunir as patologias descritas na CID-10 e denominar apenas Transtornos do Espectro Autista, não sendo mais utilizada a sub-categorização entre o que era denominado como Síndrome de Asperger e as demais Síndromes.

Se observarmos as modificações da definição de autismo ao longo do tempo, encontraremos grandes alterações. De doença, a síndrome, deixando de ser avaliado como uma psicose, para déficit cognitivo, ocasionando também a introdução de abordagens pedagógicas com

base cognitivo-comportamental, e não só de base analítica voltada para a psicoterapia (ASSUMPÇÃO; KUCZYNSRI, 2018).

Gaiato (2018), em seu livro *S.O.S Autismo*, observa que o termo Transtorno do Espectro Austista é algo amplo e variável, isto é, que permite diferentes combinações sintomatológicas, que segundo Plimey (apud ASSUMPÇÃO; KUCZYNSRI, 2018, p. 23) podem manifestar sob diversas formas ao longo dos anos, afetando indivíduos de todas as raças e culturas.

Mediante ao exposto, podemos considerar que o autismo já possui características definidas, principalmente em nível cognitivo, o que possibilita mais clareza para a avaliação. O transtorno também exigirá que os familiares desempenhem um papel ativo no processo de educação e intervenção para a criança com autismo, uma vez que sua educação cabe à eles, o que favorecerá a construção da intervenção feita com a criança (ASSUMPÇÃO; KUCZYNSRI, 2018).

#### **4 A INCLUSÃO NO AMBIENTE ESCOLAR**

A inclusão no ambiente escolar tem como princípio garantir que todos os alunos, independentemente de suas diferenças, tenham acesso igualitário à educação. Ou seja, todas as crianças, incluindo aquelas com deficiências físicas ou intelectuais, devem ter a oportunidade de aprender juntas em uma escola regular. A inclusão no ambiente escolar é baseada no conceito de educação inclusiva, que busca eliminar barreiras para a participação e aprendizado de todos os alunos. Em vez de separar os alunos com deficiências em escolas especiais ou classes separadas, a educação inclusiva promove a integração de todos os alunos em um ambiente de sala de aula regular. Coelho discute sobre a padronização dos alunos com deficiências, segundo ele:

O ambiente escolar muitas vezes busca padronizar os alunos, deixando de considerar as particularidades daqueles que não se encaixam nesse padrão, seja por motivos diversos. No entanto, é importante refletir sobre a inclusão desses indivíduos no ambiente escolar, buscando alternativas que não os aprisionem em uma pedagogia "especial" separada do restante dos estudantes. É necessário construir mecanismos que ofereçam serviços educacionais e terapêuticos que promovam a inclusão, respeitando as diferenças e proporcionando oportunidades para o desenvolvimento desses sujeitos de forma integrada com seus pares. Assim, é possível superar essa contradição e construir um ambiente educacional mais inclusivo e enriquecedor para todos (COELHO, 2010, p. 61).

A educação inclusiva traz à tona a importância de uma transformação das práticas sociais, e cabe à escola tornar este ambiente que garanta equidade, que inclui e não exclui as crianças. Mas também há desafios a serem enfrentados. Para se receber um aluno com deficiência, esses espaços precisam dispor de vários mecanismos de apoio para incluir este indivíduo com seus pares (ANDRADE; REBOUÇAS; OLIVEIRA, 2021). Para compreender os contornos que a educação

inclusiva foi assumindo em nosso país, é importante considerar a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que orienta sobre a organização do atendimento ao aluno com deficiência.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (BRASIL, 2008, s/p).

Esta política de inclusão menciona que a escola comum tem como obrigação receber estes alunos e dispor de ferramentas de apoio para o seu desenvolvimento e aprendizagem, como por exemplo o atendimento em salas de recursos multifuncionais, ou seja, as salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) que fazem um movimento integrando aluno, professor e família (ANDRADE; REBOUÇAS; OLIVEIRA, 2021).

Com isso uma pergunta deve ser feita, essas políticas de inclusão funcionam de forma a incluir ou excluir esses alunos do ensino comum? A inclusão escolar de alunos com deficiências requer uma abordagem abrangente, que vai além das práticas pedagógicas.

Não se trata apenas da ação pedagógica, mas de toda uma reformulação estrutural que engloba desde a formação e capacitação dos profissionais da educação que lidarão com essa criança diariamente, até a adequação da infraestrutura das instalações físicas das instituições que muitas vezes são inadequados nos quesitos da acessibilidade (BRITO; FONSECA; SILVA, 2018, p. 6).

É necessária uma reestruturação completa que englobe desde a capacitação e formação dos profissionais da educação até a adaptação da infraestrutura das instituições. Isso envolve repensar concepções, fornecer treinamento adequado para os educadores lidarem com as particularidades dos alunos e garantir a acessibilidade física e tecnológica nas escolas. Somente através dessas medidas integradas podemos promover uma inclusão, proporcionando equidade de oportunidades de aprendizado e participação para todos os alunos, independentemente de suas habilidades ou limitações (BRITO; FONSECA; SILVA, 2018).

Por sua vez, para promover a inclusão, é sugerido que as escolas removam algumas barreiras além da arquitetura, mas principalmente as atitudinais. “Desse modo, lidar com a inclusão é um desafio de criatividade e interesse por parte dos professores e dos envolvidos em resgatar os valores da boa prática: ensinar com dedicação e qualidade, buscando a verdadeira importância de

ser o gestor da sabedoria” (ARAÚJO, 2014). A fim de promover a inclusão de crianças com deficiência no ambiente escolar, é crucial realizar uma série de ajustes abrangentes.

Esses ajustes envolvem a adaptação curricular, a adequação do sistema de avaliação, o fornecimento de materiais e equipamentos adequados, bem como a capacitação dos profissionais envolvidos, incluindo os alunos com deficiência e suas famílias. É importante reconhecer que, sem esses ajustes adequados, a inclusão pode se tornar mais segregadora do que a exclusão explícita. É importante que a inclusão ultrapasse a convivência social, buscando garantir oportunidades de aprendizagem equitativas para todas as crianças com deficiência. (ARAÚJO, 2014).

## **5 ANÁLISE DAS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

A alfabetização é uma habilidade essencial na vida de qualquer pessoa e pode ser particularmente desafiadora para crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Com base nesse desafio, alguns artigos encontrados buscam identificar as práticas de alfabetização mais relevantes para crianças com autismo. Esses estudos são importantes porque podem ajudar educadores e familiares a desenvolverem estratégias de alfabetização adequadas, que atendam às individualidades dessas crianças.

Através da análise desses artigos, foram encontradas evidências de que o uso de recursos visuais, como imagens e gráficos, juntamente com abordagens multimodais que combinam diferentes formas de aprendizado, como a escrita e a fala, são estratégias promissoras. Além disso, os artigos apresentam informações relevantes sobre como adaptar as práticas de alfabetização para atender às particularidades das crianças com autismo, levando em consideração suas habilidades e limitações específicas. Com base nessas informações, educadores e familiares podem desenvolver estratégias auxiliando no desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita.

A alfabetização é um tema crucial na educação, uma vez que a leitura e a escrita são habilidades fundamentais para a comunicação e o desenvolvimento cognitivo das crianças. Nos artigos analisados, a importância da alfabetização foi enfatizada e as práticas mais eficazes para ensinar a leitura e a escrita foram discutidas. Além disso, os artigos também abordaram a importância de se adaptar as práticas de alfabetização para atender às singularidades das crianças.

Outro tema discutido nos artigos é a importância das práticas docentes para o sucesso na alfabetização com crianças autistas. Os professores desempenham um papel fundamental na educação das crianças e, portanto, a forma como eles ensinam e interagem com os alunos pode afetar significativamente o seu desempenho em sala de aula. Nos artigos analisados, é discutido o



papel dos professores na alfabetização e as melhores práticas para engajar e motivar os alunos a aprender a ler e escrever.

No que se refere às práticas docentes, é discutido como os professores podem adaptar suas práticas de ensino para atender às individualidades das crianças com autismo. Os educadores podem precisar utilizar recursos visuais e táteis para ajudar as crianças a entender conceitos abstratos ou criar um ambiente de aprendizagem que minimize a sobrecarga sensorial que algumas crianças podem experimentar.

Por fim, os processos de intervenção é um tema importante nos artigos analisados. As crianças com autismo podem apresentar desafios únicos na alfabetização, como dificuldades com a comunicação verbal e não-verbal, e os processos de intervenção precisam ser adaptados para atender as singularidades. Os artigos apresentam os diferentes tipos de intervenção, desde abordagens mais tradicionais, como a terapia comportamental, até abordagens mais alternativas, como a utilização de tecnologias assistivas. A análise desses artigos pode fornecer informações valiosas para profissionais da educação com o objetivo de melhorar a alfabetização de crianças com autismo, promovendo estratégias eficazes e personalizadas.

## **5.1 A alfabetização**

A categoria da alfabetização foi abordada em um número limitado de três artigos. Nesses estudos, a categoria é utilizada como uma estratégia introdutória para apresentar as práticas empregadas na alfabetização de crianças autistas. Além disso, ela é mencionada como um referencial teórico adotado pelos artigos analisados, enfatizando a relevância da alfabetização para todos os indivíduos, com especial atenção para sua importância no desenvolvimento educacional de alunos autistas.

O processo de alfabetização é uma etapa importante para todos os alunos, incluindo aqueles com autismo. A linguagem escrita desempenha um papel fundamental na comunicação, interação social e no desenvolvimento global das habilidades de expressão, como salientam Capellini, Shibukawa e Rinaldo (2016, p. 88):

É importante ressaltar que, assim como a linguagem oral, o processo de alfabetização e letramento é essencial para a consolidação das relações interpessoais, especialmente para os alunos com TEA. É necessário que sejam estimuladas suas habilidades de comunicação e expressão, para que consigam interagir socialmente e empreender a sua realidade e agir sobre ela, minimizando, dessa forma, as barreiras trazidas pelo transtorno.

A linguagem escrita desempenha um papel essencial na comunicação, interação social e desenvolvimento global das habilidades de expressão. No caso das crianças autistas, estimular

suas habilidades de comunicação e expressão escrita pode ter um impacto especialmente positivo. Embora esses alunos enfrentem desafios na comunicação verbal e na interação social, muitos deles demonstram competências significativas na área da linguagem escrita. Portanto, investir nesse estímulo pode ser uma estratégia eficaz para promover seu desenvolvimento e melhorar suas habilidades de expressão.

Sendo assim, os Anos Iniciais ganham grande importância, pois é nesta etapa formativa que os alunos com autismo necessitam de um maior acompanhamento, como discutem as autoras,

Dessa maneira, principalmente nas séries iniciais do ensino fundamental, o aluno com TEA precisa de um ensino direcionado, que consiga auxiliá-lo na interiorização da linguagem social e exteriorização do pensamento, de modo a assimilar os signos arbitrários convencionados socialmente e usá-los de modo intencional e autônomo. É em busca dessas especificidades que este estudo se faz relevante (CAPELLINI; SHIBUKAWA; RINALDO, 2016, p. 88).

A alfabetização proporciona aos alunos autistas a oportunidade de adquirir habilidades de leitura e escrita, que são essenciais para a sua autonomia e inclusão social. Através da linguagem escrita, eles podem expressar seus pensamentos, emoções e ideias, compartilhar informações, interagir com os outros e participar ativamente da sociedade.

A etapa da alfabetização de crianças autistas pode ser desafiadora, como discutem Montalvão e Freitas (2021, p. 05). Para eles, “a fase da alfabetização para a criança com TEA é uma época que possui grandes obstáculos, pois alguns têm hiperlexia, aprendendo a ler sozinhos, até mesmo antes da fase da alfabetização, enquanto muitos vão precisar da ajuda psicopedagógica”. Com isso, as práticas colocadas em operação na alfabetização tem grande peso para que este processo ocorra. Uma abordagem individualizada, adaptada às individualidades da criança, é essencial para garantir que ela receba o suporte adequado para desenvolver suas habilidades de leitura e de escrita. Cada criança com autismo é única, e suas habilidades e desafios individuais devem ser levados em consideração no processo de alfabetização.

Para crianças autistas, que podem ter dificuldades na comunicação verbal e na interação social, a capacidade de simbolização por meio da linguagem escrita pode ser um meio de expressão. Ao desenvolver essa habilidade, as crianças autistas podem aprender a associar símbolos (letras) a sons e significados, permitindo-lhes expressar seus pensamentos, sentimentos e ideias de maneira não verbal, como descreve Ferreira (2019, p. 21):

É importante lembrar que para que a pessoa em processo de alfabetização, o que as letras representam, e como elas se organizam para representar é algo ainda abstrato, que de início precisam de bases concretas para que possam compreender, principalmente se tratando da pessoa com TEA, que uma habilidade que deve ser estimulada é a capacidade de simbolizar, de criar, inventar e reinventar, quanto a essa capacidade de simbolizar.

Ao estimular a capacidade de simbolizar, é importante adotar uma abordagem individualizada, como já mencionada por outros autores analisados, levando em consideração as preferências e interesses específicos de cada criança.

Para discutir ainda sobre a importância da alfabetização de crianças com autismo, nos apoiamos na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), que também aborda a questão da alfabetização de alunos com deficiência, incluindo aqueles com autismo, de forma inclusiva. Esta reconhece a importância de garantir que todos os alunos tenham acesso a alfabetização e ao letramento, independentemente de suas singularidades educacionais. Enfatiza a necessidade de adequar currículos e estratégias diferenciadas de aprendizagem para atender cada aluno, levando em consideração as suas dificuldades e potencialidades. No contexto específico do autismo, a PNEEPEI reconhece que alguns alunos podem apresentar habilidades de leitura precoce, como a hiperlexia, já mencionada por Montalvão e Freitas (2021), enquanto outros podem precisar de apoio adicional para desenvolver habilidades de leitura e escrita.

A política defende que a alfabetização deve ser abordada de forma individualizada, levando em consideração as características e particularidades de cada aluno com autismo. Sendo assim, a PNEEPEI direciona as escolas e educadores a oferecerem estratégias de ensino adaptadas, recursos específicos e apoio psicopedagógico para auxiliar os alunos com autismo na alfabetização. Assim, a PNEEPEI e a questão da alfabetização se conectam ao promoverem a inclusão educacional de alunos com autismo, garantindo que eles tenham acesso e garantia de equidade nos processos de aprendizagem.

## **5.2 Processos de intervenção na alfabetização**

A análise dos onze artigos escolhidos para a produção da pesquisa revelou informações relevantes, em quatro desses estudos, sobre as práticas utilizadas por professoras no processo de alfabetização de crianças autistas. Os artigos analisados neste item abordaram estratégias pedagógicas específicas e abrangentes, destacando a adaptação ao contexto da criança. Entre as práticas mencionadas, foram enfatizados: o uso de recursos visuais e táteis, a utilização de materiais adaptados, a implementação de um ensino estruturado e individualizado, bem como a promoção da comunicação e da interação social.

A adaptação de atividades para crianças autistas é um aspecto importante nos processos de ensino e de aprendizagem. Ao adaptar uma atividade, é essencial considerar suas particularidades,

suas preferências sensoriais e suas habilidades de comunicação, fornecendo um ambiente acolhedor e tranquilo, minimizando estímulos desnecessários, que possam causar distrações ou desconforto. A adaptação de atividades permite que a criança participe ativamente, desenvolva suas habilidades cognitivas, motoras e sociais, promovendo uma aprendizagem significativa e inclusiva.

O trabalho com a criança autista requer planejamento, especialmente em consideração às características individuais da criança, seu potencial e interesse. O profissional precisa conhecer o aluno para planejar o trabalho e adaptar as atividades para cada caso (CRUZ, 2022, p. 15).

Conforme mencionado por Cruz (2022), o trabalho com crianças autistas exige um planejamento cuidadoso, levando em consideração as características individuais de cada criança, seu potencial e seus interesses. Conhecendo as potencialidades de cada aluno, o professor pode estabelecer estratégias para aumentá-las, promovendo um ambiente de aprendizagem inclusivo e acolhedor. Essa relação de confiança e respeito mútuo entre professor e aluno cria um espaço propício para o seu desenvolvimento, permitindo que ele explore suas habilidades e supere desafios. É por meio dessa conexão que o professor pode adaptar as práticas pedagógicas, oferecer apoio individualizado e estabelecer metas realistas, contribuindo para o crescimento em seu processo de aprendizagem.

A alfabetização é um processo fundamental no desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita das crianças. Nesse contexto, as letras desempenham um papel central, pois são os elementos básicos que compõem as palavras e possibilitam a comunicação por meio da linguagem escrita. Aprender as letras e seu reconhecimento é um passo crucial para que as crianças possam avançar na sua jornada de alfabetização, adquirindo fluência na leitura e na escrita.

No contexto inicial da alfabetização, é comum que crianças autistas apresentem dificuldades em distinguir letras de números, como observado na pesquisa de Capellini; Shibukawa; Rinaldo; (2016). Nesse sentido, as autoras enfatizam as práticas pedagógicas empregadas no processo de alfabetização. São destacadas estratégias específicas e abrangentes, voltadas para o ensino das letras e sua associação aos sons correspondentes. No caso mencionado, a utilização de uma tabela ilustrada do alfabeto como atividade inicial resultou na memorização das letras, gerando uma concepção equivocada dos signos do alfabeto e sua representação. Para superar esse obstáculo, o processo de intervenção adotado, baseado em apoio colaborativo, buscou desconstruir essa ideia inicial. “Tal desconstrução foi realizada durante as aulas, principalmente por meio da escrita do próprio nome, sendo que ao escrever seu nome, o aluno conseguia observar que era preciso mais letras do que apenas a primeira de seu nome” (CAPELLINI; SHIBUKAWA;

RINALDO; 2016, p. 93). Isso proporcionou ao aluno uma compreensão mais profunda do sistema da escrita. O aluno demonstrou um nível de comprometimento elevado, evidenciando traços de perfeccionismo ao escrever as letras de forma, calculando milimetricamente para garantir seu encaixe preciso entre as linhas. Ao final do processo, foi notável uma diferença no processo de aprendizagem e letramento do aluno, com respostas satisfatórias provenientes do trabalho desenvolvido.

Outra prática utilizada durante o processo de alfabetização foi a exploração de atividades de associação entre letras e palavras. Descrita pela autora Ferreira (2019, p. 18 a 22), a prática de alfabetização utilizada consistiu em incentivar o aluno a reconhecer a correspondência entre as letras do alfabeto e os nomes de objetos e animais. Fichas contendo figuras de animais e objetos foram disponibilizadas, acompanhadas de letras iniciais. O aluno tinha a tarefa de combinar a ficha com a letra inicial correta com a figura correspondente, possibilitando diversas combinações, seja associando apenas a letra e a figura, ou relacionando o animal ou objeto ao seu nome.

Além disso, foram elaboradas fichas para montar os nomes dos objetos e dos animais, sílaba por sílaba, com o intuito de desenvolver a atenção aos sons e a compreensão de que os nomes podem ser escritos utilizando as letras, que se repetem nas palavras, variando apenas sua formação. Para estimular a capacidade de memória, foi utilizado um jogo da memória com fichas contendo animais e seus respectivos nomes escritos. A exploração oral teve um papel fundamental em todas as atividades, contribuindo tanto para o desenvolvimento das atividades em si quanto para a melhoria da interação entre a pesquisadora e o aluno (FERREIRA, 2019).

De acordo com Montalvão e Freitas (2021, p. 10), o Programa TEACCH (Tratamento e Educação para Autistas e Crianças com Déficits relacionados com a Comunicação), destacado por Farias et al. (2014), é uma das abordagens mais comumente empregadas no acompanhamento de crianças com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA). Desenvolvido em 1964, na Universidade da Carolina do Norte, esse programa tem como objetivo organizar o tempo, as atividades, os materiais e os ambientes utilizados pela criança com TEA, a fim de compensar os déficits característicos desse transtorno e promover avanços significativos na interação social (FARIAS, 2014 apud MONTALVÃO; FREITAS, 2021, p. 10).

Além disso, o programa TEACCH é amplamente utilizado para apoiar o processo de alfabetização em crianças com TEA. Farias et al. (2015) mencionam o aplicativo ABC Autismo, que incorpora alguns aspectos do programa TEACCH, sendo desenvolvido para ensinar habilidades necessárias para a alfabetização de crianças autistas. O aplicativo possui níveis de complexidade, com atividades sequenciadas que vão aumentando em dificuldade. A dinâmica do aplicativo, como a diminuição da área de resposta conforme a criança obtém êxito, potencializa

sua coordenação motora e oferece estímulos variados. (FARIAS, 2015 apud MONTALVÃO; FREITAS, 2021, p. 10).

No entanto, os autores enfatizam que o contato da criança com objetos concretos, seguindo a abordagem convencional do Programa TEACCH, também é fundamental e complementar ao uso do aplicativo. Em conjunto, essas abordagens contribuem para o processo de intervenção e tratamento da criança com TEA, desenvolvendo as habilidades necessárias ao processo de alfabetização. Souza (2019, p. 6)

Demonstrou que as interações sociais a partir das atividades lúdicas começa a se quebrar as barreiras dos alunos autistas, que são mais introvertidos, a relação de brincadeiras com os colegas pode ampliar novas possibilidades para o seu total desenvolvimento social, físico, por aprimorar habilidades motoras e também comportamentais.

A promoção de interações sociais por meio de atividades lúdicas pode ter um impacto significativo no desenvolvimento de crianças autistas. O autor destaca que, muitas vezes, essas crianças tendem a ser mais introvertidas e apresentam dificuldades nas interações sociais. No entanto, ao proporcionar oportunidades de brincadeiras e jogos em conjunto com seus colegas, é possível quebrar essas barreiras e abrir novas possibilidades para o seu desenvolvimento social, físico e comportamental. Através dessas interações, as crianças podem aprimorar suas habilidades motoras, aprender a compartilhar, cooperar e se comunicar de forma mais efetiva. Além disso, o aspecto lúdico das atividades pode tornar o ambiente mais leve e prazeroso, incentivando a participação ativa das crianças e facilitando a assimilação de conceitos e conteúdos. Portanto, ao combinar práticas de alfabetização adaptadas com atividades lúdicas e interativas, é possível promover um desenvolvimento global e abrangente das crianças autistas, contribuindo para seu bem-estar e crescimento como indivíduos.

Os resultados positivos observados nas práticas de alfabetização mencionadas nos estudos destacam a eficácia das estratégias pedagógicas adaptadas para crianças autistas. No entanto, é importante ressaltar que cada criança é única e possui suas próprias características, interesses e particularidades. Portanto, é essencial considerar a individualidade de cada aluno no planejamento e na implementação das práticas de alfabetização.

O reconhecimento de que cada criança aprende de maneira única e personalizada implica em uma abordagem flexível e sensível, permitindo a adaptação contínua das estratégias de ensino para atender às demandas individuais e promover um ambiente de aprendizagem inclusivo para todas as crianças autistas. Dessa forma, a personalização das práticas de alfabetização é fundamental para garantir que cada criança tenha a oportunidade de desenvolver suas habilidades de leitura e de escrita, de maneira significativa e coerente com suas características individuais.

As práticas dos professores desempenham um papel fundamental no processo de alfabetização de crianças autistas. Através de sua experiência e conhecimento, os professores têm a capacidade de adaptar as estratégias de ensino de acordo com as individualidades de cada criança. Eles podem identificar as habilidades e desafios específicos de cada aluno e implementar abordagens pedagógicas adequadas, levando em consideração os estilos de aprendizagem, preferências sensoriais e habilidades de comunicação de cada criança autista.

Além disso, os professores desempenham um papel importante na criação de um ambiente acolhedor e inclusivo, que valoriza a diversidade e promove a participação ativa de todos os alunos. Sua sensibilidade e flexibilidade permitem que eles ajustem constantemente suas práticas de ensino para atender às necessidades em constante mudança das crianças autistas, garantindo assim que elas recebam o suporte necessário para alcançar sucesso na alfabetização. Com seu compromisso e dedicação, os professores desempenham um papel crucial no desenvolvimento cognitivo, social e emocional das crianças autistas, ajudando-as a atingir seu pleno potencial e se tornarem aprendizes independentes e confiantes.

“O professor deverá buscar conhecimentos, estratégias e recursos diferenciados para tornar sua prática pedagógica mais inclusiva, favorecendo ao aluno uma aprendizagem de efetiva qualidade” (CAPELLINI; SHIBUKAWA; RINALDO; 2016, p. 90). Ao buscar conhecimentos, estratégias e recursos diferenciados, os professores têm a oportunidade de aprimorar sua prática pedagógica e proporcionar a aprendizagem para os alunos autistas. Isso implica em estar atualizado sobre as melhores práticas de ensino para crianças com autismo, como os diferentes modelos de alfabetização e as abordagens específicas para a intervenção no processo de letramento.

Além disso, é importante ressaltar que a busca por formação especializada na área, participação em grupos de estudo e troca de experiências com outros profissionais são iniciativas valiosas que os professores podem empreender para o aperfeiçoamento contínuo. No entanto, é fundamental destacar que, muitas vezes, essa responsabilidade recai sobre os professores devido à falta de uma gestão eficaz por parte das escolas e redes de ensino. Idealmente, as instituições educacionais deveriam promover uma gestão que permita aos professores dedicar tempo ao desenvolvimento profissional durante o horário de trabalho. Dessa forma, seria possível garantir um suporte educacional de qualidade, valorizando as particularidades dos alunos e promovendo uma educação inclusiva.

É dever do Estado “garantir uma formação continuada a esses profissionais para que possam atender todas as peculiaridades que encontrarão pela frente” (CAPELLINI; SHIBUKAWA; RINALDO, 2018, p. 133). Ao investir na formação dos professores, o Estado

reafirma seu compromisso com a educação inclusiva e reconhece a importância de capacitar os profissionais para lidar com as demandas complexas e individuais das crianças autistas, garantindo assim um ambiente educacional mais acolhedor, acessível e de qualidade para todos.

A alfabetização de crianças autistas requer práticas pedagógicas adaptadas e personalizadas, levando em consideração as individualidades de cada aluno. Dentre as abordagens recomendadas pelos estudos mencionados, destaca-se a utilização de recursos visuais e táteis, como cartões com imagens e letras em relevo, bem como o uso de materiais adaptados, como livros com páginas texturizadas ou ampliadas. Oferecendo um ensino estruturado e individualizado, estabelecendo rotinas claras e dividindo as atividades em passos sequenciais, além de fornecer suporte visual para auxiliar na compreensão das instruções.

A promoção da comunicação e interação social é crucial nesse processo, podendo ser alcançada por meio do uso de quadros de comunicação e pictogramas, bem como por meio de atividades em grupo, que permitem a prática de habilidades sociais e a troca de experiências com os colegas. Adicionalmente, as atividades lúdicas têm um impacto significativo na alfabetização, tornando o aprendizado mais atraente e significativo. Jogos, brincadeiras e dinâmicas são recursos que trabalham a associação de letras, formação de palavras e compreensão de conceitos fundamentais da leitura.

Nesse contexto, os professores desempenham um papel central na implementação dessas práticas, buscando constantemente conhecimentos, estratégias e recursos diferenciados, além de participarem de formação continuada. O compromisso do Estado em garantir essa formação e apoiar os professores é fundamental para assegurar uma educação inclusiva e promover o pleno desenvolvimento das crianças autistas, permitindo que elas alcancem seu potencial e se tornem membros ativos e participantes da sociedade.

### **5.3 Formação docente**

Nesta categoria foi possível encontrar pontos de análise em quatro artigos, neles algumas práticas pedagógicas utilizadas para alfabetização de crianças autistas que poderiam ser direcionadas de outras maneiras se a formação continuada se baseasse em uma educação inclusiva e também se as escolas dispusessem de recursos variados para auxiliar neste processo de alfabetização. No entanto, muitos professores não recebem uma formação adequada para atender às particularidades dos alunos com deficiência e os espaços escolares nem sempre estão preparados para receber e incluir crianças com deficiências.



Um dos pontos que mostra a falta de formação continuada é a insuficiência de recursos e de apoio adequados nas escolas, que acabam contribuindo para a falta de formação docente em educação inclusiva. Os professores, muitas vezes, têm cargas de trabalho pesadas e falta de tempo para se dedicarem ao desenvolvimento profissional. Eles podem não ter acesso a materiais didáticos adaptados, tecnologias assistivas ou suporte de profissionais especializados, como psicólogos educacionais ou terapeutas ocupacionais.

A formação continuada do professor também é fundamental nesse processo. É importante que os órgãos competentes busquem por capacitações e atualizações que ofereçam conhecimentos sobre o TEA e estratégias pedagógicas inclusivas para os docentes. A troca de experiências e a colaboração com outros profissionais, como terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos e psicólogos, também pode enriquecer a prática pedagógica.

Com isso, Souza (2019) traz a importância da formação docente de qualidade e a formação continuada para a alfabetização científica, ela menciona que:

É o professor quem vai aproximar o conhecimento científico do cotidiano do autista, favorecendo um ambiente de reflexão sobre a influência das ciências no cotidiano deste. Para que isso ocorra, o professor precisa estudar, se engajar, pesquisar, se aprofundar acerca de dois saberes: Alfabetização Científica, o que é, para que serve, para quem foi pensada; e na inclusão do autista em suas aulas de Ciências nessa perspectiva. Sabemos que não é uma tarefa fácil e rápida. (SOUZA, 2019, p. 10).

Portanto, embora não seja uma tarefa fácil e rápida, o professor tem o papel crucial de estudar, se engajar, pesquisar e se aprofundar nos saberes da Alfabetização Científica e da inclusão do aluno autista em suas aulas. A alfabetização científica é um processo educacional essencial que visa capacitar indivíduos a compreender, interpretar e utilizar o conhecimento científico de maneira crítica e informada, desenvolvendo habilidades de pensamento crítico, raciocínio lógico e análise de evidências. Esta desempenha um papel fundamental na formação de cidadãos críticos e informados, capazes de compreender e avaliar as informações científicas que encontram em seu cotidiano, contribuindo assim para uma sociedade mais bem preparada para lidar com os desafios e avanços científicos. Ao fazer isso, ele estará contribuindo para a construção de um ambiente educacional mais inclusivo, onde o conhecimento científico possa ser compreendido, apreciado e utilizado pelos alunos autistas em seu cotidiano.

Mas isso ainda é um questão de discussão, em alguns relatos dos artigos analisados os professores não se sentem preparados para o desafio que é alfabetizar uma criança autista, isso porque, como questiona o autor:

É essencial conhecer as questões comportamentais, o desenvolvimento de uma criança com autismo, como ela reage, como aprende, como funciona a sua memória, como se processa o seu modelo de aprendizagem, quais são as suas características para, só depois, oferecer uma intervenção metodológica que se aproxime mais das

necessidades e circunstâncias encontradas. E diz-se “mais” tendo em vista o caráter subjetivo, particular e singular de cada caso (PEROTTI, 2017, p. 359).

Assim se apresenta o como a formação continuada dos profissionais educacionais que estão envolvidos neste processo estarem em constante proximidade com capacitações, discussões sobre a temática, estarem em movimento científico constante, e nem sempre podemos contar com esta estrutura de conhecimento por falta de recursos financeiros.

Ao entender como uma criança autista reage, aprende, processa informações e se comporta, os educadores podem adaptar suas abordagens e estratégias de ensino para atender às particularidades dessa criança. Isso envolve considerar o processamento sensorial, a comunicação, as dificuldades sociais, a flexibilidade cognitiva e outros aspectos relacionados ao autismo.

O que acontece com o fracasso escolar de uma criança autista é amplamente direcionada ao docente, como um profissional incapaz e despreparado para atuar com crianças neurotípicas, mas as autoras Silva e Oliveira (2018, p. 133), apresentam que:

Mas a realidade nas escolas, muitas vezes não atende o que a lei nos garante, e conseqüentemente todos são afetados, até mesmo os que necessitam de um atendimento pedagógico mais específico, como os alunos com TEA. Percebemos de uma forma generalizada que o docente acaba levando a culpa por não conseguir receber esses alunos como deveria[...].

A responsabilidade de garantir uma educação inclusiva não deve recair apenas sobre os docentes. É importante reconhecer que os educadores enfrentam demandas crescentes em suas salas de aula, com turmas numerosas e diversificadas, e nem sempre têm acesso aos recursos e suportes necessários para atender às particularidades de todos os alunos.

Nesta categoria de análise os artigos apresentaram os desafios enfrentados pelos professores, incluindo a falta de formação para atuar com crianças autistas, a necessidade de compreender as características individuais de cada aluno e a falta de estrutura e recursos nas escolas. Além disso, foi apontada a responsabilização dos professores pelo fracasso escolar das crianças autistas, mesmo diante de dificuldades estruturais e de recursos.

Em suma, como já mencionado neste artigo não há uma receita para ser seguida a risca no que diz respeito a alfabetização de crianças autistas, mas com isso se percebe como é fundamental que os professores busquem aprimorar seus conhecimentos e práticas pedagógicas por meio da formação continuada, além de receberem o suporte adequado das instituições educacionais e da colaboração de profissionais de outras áreas. A inclusão efetiva das crianças autistas no ambiente escolar requer um esforço conjunto, superando desafios e garantindo que todos os alunos tenham acesso a uma educação de qualidade e inclusiva.

## 5. CONCLUSÃO

A alfabetização de crianças autistas é um tema de grande importância e complexidade, que exige uma abordagem cuidadosa e reflexiva por parte dos profissionais da educação e da sociedade como um todo. É fundamental compreender que cada criança autista é única, com suas próprias habilidades, desafios e ritmo de aprendizagem. Portanto, é necessário adotar uma abordagem individualizada, flexível e inclusiva, levando em consideração as características e individualidades de cada aluno.

Ao refletirmos sobre a alfabetização de crianças autistas, torna-se evidente que a linguagem escrita desempenha um papel crucial em seu desenvolvimento. Embora enfrentem dificuldades na comunicação verbal e na interação social, muitas crianças autistas demonstram habilidades significativas na área da linguagem escrita. Investir no desenvolvimento dessas habilidades pode ter um impacto positivo em seu crescimento e proporcionar-lhes ferramentas para expressar seus pensamentos, emoções e ideias. Durante os Anos Iniciais do Ensino Fundamental, período considerado crucial para os alunos autistas, é necessário um ensino voltado para o auxílio da manifestação da linguagem social e na expressão do pensamento. Nesse sentido, é importante que o trabalho de alfabetização seja adaptado às individualidades de cada criança, levando em consideração suas preferências, interesses e habilidades específicas. É importante buscar estratégias pedagógicas específicas e abrangentes, como o uso de recursos visuais e táteis, materiais adaptados, ensino estruturado e individualizado, além da promoção da comunicação e interação social.

Além dos aspectos mencionados anteriormente, é crucial proporcionar um ambiente inclusivo e acolhedor nas salas de aula dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental para as crianças autistas. Isso envolve a sensibilização de toda a comunidade escolar, incluindo os colegas de classe, para promover a compreensão, a empatia e o respeito pelas diferenças. Atividades que incentivem a interação e a cooperação entre os alunos, como projetos em grupo, jogos cooperativos e discussões temáticas, podem contribuir para a construção de um ambiente de aprendizagem positivo e inclusivo, no qual todos se sintam valorizados e participantes ativos do processo educativo.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) destaca a importância de garantir que todos os alunos, incluindo aqueles com autismo, tenham acesso à alfabetização e ao letramento. Essa política ressalta a necessidade de adaptar os currículos e as estratégias de aprendizagem para atender às particularidades de cada aluno, considerando suas dificuldades e potencialidades. Nesse contexto, é fundamental que os educadores e profissionais da área da educação estejam atentos e atualizados em relação às melhores práticas e abordagens inclusivas para a alfabetização de crianças autistas.

Além dos aspectos mencionados anteriormente, é fundamental ressaltar o papel do Estado na capacitação dos professores que trabalham com a alfabetização de crianças autistas. O Estado tem o dever de fornecer uma formação continuada de qualidade, com programas e recursos adequados, que preparem os educadores para lidar com as demandas específicas dessas crianças. Através de cursos, workshops e orientações pedagógicas, os professores podem adquirir conhecimentos atualizados, estratégias eficazes e abordagens inclusivas, fortalecendo assim a qualidade do ensino e a promoção de uma educação inclusiva e equitativa para todos os alunos, independentemente de suas particularidades educacionais. É essencial reconhecer que a alfabetização de crianças autistas demanda tempo, paciência e dedicação. Cada conquista alcançada deve ser valorizada e celebrada. Os resultados desse processo podem ser gratificantes, tanto para a criança autista quanto para todos os envolvidos em seu desenvolvimento.

Além disso, a alfabetização de crianças autistas contribui para o desenvolvimento de suas habilidades cognitivas, como a concentração, a memória e o raciocínio lógico. Ao aprenderem a decodificar e compreender textos, elas expandem seu conhecimento, adquirem novos vocabulários e são capazes de acessar informações de diversas áreas do conhecimento. Isso amplia suas possibilidades de aprendizado e os prepara para enfrentar os desafios acadêmicos e profissionais no futuro. A alfabetização é, portanto, um pilar fundamental para o desenvolvimento integral das crianças autistas, potencializando suas habilidades e promovendo uma maior inclusão social.

Ao refletirmos sobre a alfabetização de crianças autistas, percebemos que estamos diante de um desafio complexo, mas também de uma oportunidade de proporcionar a essas crianças uma base sólida para sua educação e desenvolvimento. Ao promover a aquisição da linguagem escrita, estamos abrindo portas para seu crescimento e participação ativa na sociedade, possibilitando que elas se expressem, se comuniquem e interajam com o mundo de maneira autônoma e significativa.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Izabel Cristina Araujo. **Alfabetização de alunos com transtorno do espectro autista (TEA) : concepções e práticas dos professores**. 2019. In: 147 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2019. Disponível em: <http://tede2.uefs.br:8080/handle/tede/892>. Acesso em: 22 out. 2022.

ALVES, Leticia Eleutério; MONTEIRO, Bruno Massayuki Makimoto; SOUZA, José Carlos. **Comparação da classificação dos transtornos do desenvolvimento infantil por meio do DSM-5, CID-10 e CID-11**. In: Research, Society and Development, v. 9, n. 10, p. e6579109058-e6579109058, 2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/9058>. Acesso em: 3 de jul 2023.

ANDRADE, Francisco Ari; REBOUÇAS, Aline de Oliveira; OLIVEIRA, Renata Tavares. **A inclusão de alunos com TEA no ensino Comum: relatos de experiências de AEE numa escola pública**. In: Momento-Diálogos em Educação, v. 30, n. 02, p. 261-279, 2021. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/9556>. Acesso em: 22 out 2022.

ARAÚJO, Paula Cristina Vieira; LINHARES, Tatiana Corrêa. **A inclusão escolar: breve histórico e alguns apontamentos para a prática do professor**. In: Paidéia, 2014. Disponível em: <http://revista.fumec.br/index.php/paideia/article/view/3929>. Acesso em: 17 jan 2023.

ASSUMPÇÃO Jr, Francisco M; PIMENTEL, Ana Cristina M. **Autismo infantil**. In: Revista Brasileira de Psiquiatria, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbp/a/Gv4HpMGyypXkmRMVGfRZF8G/?lang=pt>. Acesso em: 17 jan 2023.

ASSUMPÇÃO Jr, Francisco Baptista; KUCZYNSKI, Evelyn. **Autismo: conceito e diagnóstico**. In: SELLA, Ana Carolina; RIBEIRO, Daniela Mendonça. *Análise do Comportamento Aplicada ao Transtorno do Espectro Austista*. Editora e Livraria Appris Ltda. 2018, 19-35.

BRASIL, **Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

CAPELLINI, Vera Lucia Messias Fialho; SHIBUKAWA, Priscila Hikaru; DE OLIVEIRA RINALDO, Simone Catarina. **Práticas pedagógicas colaborativas na alfabetização do aluno com transtorno do espectro autista**. In: Colloquium Humanarum. ISSN: 1809-8207. 2016. p. 87-94. Disponível em: <https://journal.unoeste.br/index.php/ch/article/view/1309>. Acesso em: 22 de out 2022.

COELHO, Cristina Madeira. **Inclusão escolar**. Desenvolvimento humano, educação e, p. 60, 2010.

CRUZ, Solange Aparecida Pacheco. **Educação inclusiva e autismo: teoria e prática para o processo de alfabetização: Autismo**. In: Caderno Intersaberes, v. 11, n. 32, p. 61-77, 2022. Disponível em: <https://www.cadernosuninter.com/index.php/intersaberes/article/view/2212>. Acesso em: 17 jan 2023.

DA SILVA, Jaqueline Renata et al. **CRIANÇAS AUTISTAS NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS**. Contemporânea Revista

UniToledo: Arquitetura, Comunicação, Design, Educação e História, v. 3, n. 1, 2018. Acesso em: 24 jun 2023.

FACION, José Raimundo. **Transtornos do desenvolvimento do comportamento**. Curitiba: InterSaberes, 2013.

FERREIRA, Ana Paula da S. Martins. **Transtorno do espectro autista: O lúdico como ferramenta na alfabetização**. In: Repositório Uninter 2021. Disponível em: <https://repositorio.uninter.com/handle/1/1037>. Acesso em: 22 de out 2022.

FERREIRA, Stéfane Araújo. **Reflexões e práticas acerca da alfabetização de um aluno com Transtorno do Espectro Autista: a colaboração como mediatizadora do processo de ensino**. 2019. In: Trabalho de Conclusão de Curso. Brasil.

FREITAS, Maria Cecília Martinez Amaro; MONTALVÃO, Déborah Christina Pereira. **Desafios na alfabetização de crianças com TEA**. In: REVISTA EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E INOVAÇÃO, v. 6, n. 1, 2021. Disponível em: <http://45.4.96.19/bitstream/ae/18159/1/TC2%20Debora%20Montalvao.pdf>. Acesso em: 22 de out 2022.

GAIATO, Maira. **SOS autismo: guia completo para entender o Transtorno de Espectro Autista**. In: São Paulo: Versos, 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2022**. Brasília: Inep, 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>>. Acesso em: 26/06/2023. Acesso em: 27 jun 2023.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática: velhos e novos temas**. In: Cortez Editora, 2007. Disponível em: [https://praxistecnologica.files.wordpress.com/2014/08/libaneo\\_didatica\\_ed\\_do\\_autor.pdf](https://praxistecnologica.files.wordpress.com/2014/08/libaneo_didatica_ed_do_autor.pdf). Acesso em: 22 de out 2022.

PEROTTI, Ivane Laurete. **O Transtorno do Espectro do Autista na escola: um labirinto de práticas interligadas na alfabetização**. In: Percurso Acadêmico, v. 6, n. 12, p. 353-370, 2016. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/percursoacademico/article/view/P.2236-0603.2016v6n12p353>. Acesso em: 22 de out 2022

PINTO, Fidelina Maria Candido; ROSA, Rosemar. **Alfabetização da criança autista e seus reflexos na relação com o ensino regular**. In: Revista Inova Ciência & Tecnologia/Innovative Science & Technology Journal, p. e0211203-e0211203, 2021. Disponível em: <https://periodicos.iftm.edu.br/index.php/inova/article/view/1203>

REIS, Marlene Barbosa de Freitas; SOUZA, Carla Salomé Margarida de; SANTOS, Lilian Cristina dos. **Tecnologia assistiva em dispositivos móveis: aplicativos baseados no TEACCH como auxílio no processo de alfabetização com crianças autistas**. In: EccoS–Revista Científica, n. 55, p. 10652, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/10652>. Acesso em: 22 de out 2022.

SILVA, Anna Karina Braga Bezerra; FONSECA, Géssica Fabiely; BRITO, Max Leandro de Araújo. **O estudante com autismo na educação infantil: concepções dos profissionais da sala de aula regular e do Atendimento Educacional Especializado (AEE)**. In: Revista Textura

Canoas, v. 20, n. 43, p. 5-19, 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/view/3829>. Acesso em: 22 de out 2022.

SILVA, Jaqueline Renata da et al. **Crianças autistas no processo de alfabetização: práticas pedagógicas inclusivas**. In: Contemporânea Revista UniToledo: Arquitetura, Comunicação, Design, Educação e História, v. 3, n. 1, 2018. Disponível em: <http://ojs.toledo.br/index.php/contemporanea/article/view/2941>. Acesso em: 22 de out 2022.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa; GAIATO, Mayra Bonifácio; REVELES, Leandro Thadeu. **Mundo singular: entenda o autismo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

SOUZA, Janayna. **Alfabetização científica do estudante autista: desafios e possibilidades**. In: Brazilian Journal of Development, v. 5, n. 12, p. 29513-29523, 2019. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/5251>. Acesso em: 22 de out 2022.